

# Por uma abordagem lingüística do resumo

Leci Borges Barbisan\*

## Introdução

Refletir sobre *resumo* é muito pertinente para quem, na escola, se dedica ao ensino da língua materna. Sabe-se que a competência de resumir é essencial para a compreensão leitora. Assim, por exemplo, se em um texto há uma anáfora conceitual, como *isso, esse problema*, e até uma anáfora zero, que retomam parte de um trecho do texto ou até mesmo todo o parágrafo anterior, torna-se indispensável que o leitor consiga resgatar, através de uma síntese, o referente dessa anáfora conceitual. Em exercícios específicos de resumo, ou na vida acadêmica, para a leitura da bibliografia de qualquer área do conhecimento, para a elaboração de artigos, monografias, teses, o resumo é atividade constante e imprescindível.

Esse gênero textual tem sido estudado sob vários enfoques: psicolingüístico, argumentativo, lingüístico. São abordagens que se complementam, mas não esgotam o estudo do tema, já que sobre elas ainda há muito a dizer. Faz-se, neste trabalho, inicialmente uma rápida revisão de algumas dessas teorias. A seguir, para o seu desenvolvimento, escolhe-se uma abordagem lingüística para explicar a importância do tópico na atividade de resumir textos.

## 1 Um tratamento cognitivo

Um dos estudos que trata de redução da informação sob o aspecto cognitivo é o de Gérard Vigner. Em seu artigo de 1991, o autor fundamenta a atividade de resumo sobre um duplo princípio: de economia e de fidelidade. De economia, porque no resumo elimina-se um certo número de elementos secundários; de fide-

\* Doutora em Letras/Grenoble - França.

dade, na medida em que um núcleo de sentido subsiste, já que um julgamento de identidade deve ser feito, do ponto de vista lingüístico, entre o texto-fonte e sua paráfrase de condensação.

O resumo não pode ser dissociado da referência a um modelo mental. Assim, operações como a de eliminação de informações baseia-se no apagamento de certo número de dados subordinados em relação a um *script*. Este, na definição de Beaugrande, 1984 (apud Vigner, 1991), é um elemento do conhecimento do mundo, um enunciado de ações em uma situação estereotipada, com uma estrutura que conduz a um fim e especifica o papel dos participantes. Com essa operação, o texto perde certo número de significações espaciais, temporais e de predicados secundários, mas permanece exato em relação à informação inicial.

Uma segunda operação consiste em substituir as seqüências do *script* por uma seqüência mais abrangente que as integra. Essa operação conduz à generalização, que consiste em manter só os traços comuns a todos os elementos da classe.

A última operação é a de conceitualização, segundo a qual a disparidade e a variedade dos atributos de um objeto ou acontecimento são reduzidas. Tem-se desse modo ganho de precisão e economia em termos de formulação lingüística.

Então, a tarefa de reduzir informações está relacionada às capacidades do sujeito de abstrair e de generalizar. São operações características: a que *elimina* informações de nível mais baixo, cuja supressão não prejudica a compreensão; a que *substitui* uma categoria de análise mais ampla por outra mais específica; a que *integra* informação de nível mais baixo em informação de nível superior. Finalmente há a operação de *conceitualização*.

## 2 O tratamento argumentativo

A tese de doutoramento de Telisa Furlanetto Graeff, defendida na PUCRS e publicada pela Editora da Universidade de Passo Fundo, em 2001, estuda o resumo com base na Teoria da Argumentação na Língua, concebida inicialmente por Jean-Claude Anscombre, Oswald Ducrot e mais tarde por Marion Carel.

A Teoria da Argumentação na Língua se fundamenta em uma reformulação da concepção tradicional do sentido no enunciado, concepção que distingue três tipos de indicações: objetivas, subjetivas e intersubjetivas, ou seja, respectivamente, a representação da realidade, a atitude do locutor frente à realidade e as relações do locutor com seu alocutário. De acordo com essa teoria, dá-se o no-

me de denotação ao aspecto objetivo e conotação aos outros dois. Para Ducrot, não há uma parte objetiva na linguagem, nem os enunciados dão acesso à realidade, não a descrevem diretamente. A seu modo de ver, se a linguagem descreve a realidade, o faz por intermédio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo. O modo como a linguagem descreve a realidade, afirma o autor, *consiste em fazer dela o tema de um debate entre os indivíduos* (1988, p. 50). Assim, a descrição, quer dizer o aspecto objetivo, se faz por meio da expressão de uma atitude e de um chamado que o locutor dirige ao interlocutor.

Uma segunda razão leva o autor a rejeitar a distinção feita pela concepção tradicional: a da necessidade de unificação dos aspectos subjetivo e intersubjetivo, o que conduz ao que ele chama de valor argumentativo dos enunciados. O valor argumentativo de uma palavra é a orientação que ela dá ao discurso. Uma palavra torna possível ou impossível uma determinada continuação do discurso. Seu valor argumentativo é o conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva; é o papel que a palavra pode desempenhar no discurso. O valor argumentativo, então, dá conta dos principais efeitos subjetivos e intersubjetivos do enunciado. Esse é o nível fundamental da descrição semântica.

Dentro dessa concepção de sentido, Ducrot desenvolve a noção de polifonia. Segundo a teoria polifônica, o sentido de um enunciado comporta a superposição de outros discursos, cujos enunciadores podem ser diferentes do locutor. Os enunciadores estabelecem um debate, sendo seus discursos coordenados pelo locutor, que com eles se identifica ou não. Essa noção, pensada em termos de resumo, deve permitir, segundo Graeff, a percepção de níveis inferiores e superiores da estrutura hierárquica do texto.

Ao conceito de polifonia, a autora associa princípios do segundo momento da Argumentação na Língua, que diz respeito aos blocos semânticos, teoria desenvolvida recentemente por Carel e Ducrot. De acordo com essa proposta, os segmentos que constituem um discurso em *donc* (*portanto*) são interdependentes, só fazendo sentido no conjunto. Não há, portanto, a idéia de relação entre dois segmentos independentes, em que um seria o argumento e o outro, a conclusão. Na versão dos blocos semânticos, afirma-se a interdependência de seus segmentos: *A donc C*.

A mesma interdependência que existe entre *A donc C* pode ser afirmada no encadeamento com *pourtant* (*no entanto*): *A pourtant não-C*. Distinguem-se assim dois aspectos na argumentação: com *donc*, aspecto normativo, e com *pourtant*, transgressivo. Os dois aspectos têm a mesma regra, logo pertencem ao mesmo bloco semântico.

Nessa linha de raciocínio, distinguem-se dois tipos de argumentação: interna e externa. Se a expressão em estudo aparece em um dos encadeamentos, a argumentação é externa. A argumentação interna é a paráfrase do item lexical em análise, e não intervém no encadeamento. Vê-se então que não só o enunciado é argumentativo, mas também a palavra.

A partir dessa proposta, a autora levanta sua primeira hipótese: a de que a redução de informação ocorre pela seleção de só um discurso representativo de um encadeamento em *donc* ou em *pour-tant*. Esse discurso é associado ao bloco semântico que inaugura o debate no texto e aos que vão se formando, na seqüência textual, pela articulação dos discursos com que o locutor concorda e/ou se identifica (idem, p. 27). Assim, os blocos semânticos vão se constituindo no texto.

A segunda hipótese diz que esses blocos que constituem o texto devem ter o primeiro termo formado pelo bloco semântico anterior, até que o último bloco contenha todos os anteriores (idem, ibidem). É desse modo que se dá a passagem do estudo da argumentação no enunciado, tal como é proposto pela Teoria da Argumentação na Língua em seus diferentes estágios, para o estudo da argumentação no texto.

A pesquisa de Graeff consiste, então, em aplicar conceitos da teoria polifônica da enunciação e da teoria dos blocos semânticos para chegar à identificação e à hierarquização das unidades semânticas básicas na tarefa de resumir textos.

### 3 Um tratamento lingüístico

Uma proposta de estudo lingüístico do resumo é feita por Michel Charolles (1991). Seu ponto de partida é o resumo escolar que tem normas específicas: deve ser um texto breve, fiel e formalmente diferente do texto-fonte e apresentar as mesmas exigências de coerência e de coesão que este, podendo ser lido por si mesmo, independentemente daquele que lhe deu origem. A necessidade de fidelidade ao conteúdo informacional implica que o resumidor deve pôr entre parênteses seu próprio ponto de vista sobre o tema. Deve ainda eliminar toda marca de discurso relatado atribuindo os propósitos resumidos ao autor do texto-fonte. As marcas enunciativas de pessoa, espaço, tempo, termos apreciativos devem ser os do documento resumido. Precisam ser respeitados também a ordem de exposição e o nível de linguagem do texto-fonte.

O resumo é um teste de compreensão e de produção escrita. Tanto o resumo está relacionado à compreensão que os psicolingüistas, para medir a compreensão de um texto recorrem a um

teste de memória que não é muito diferente de um teste de resumo. Como os sujeitos não conseguem reproduzir literalmente o texto, que excede sua memória de trabalho, produzem um condensado, representando a macroestrutura. Vê-se então que a atividade de resumo está estreitamente relacionada à compreensão.

Para as operações de contração, o dado inicial, continua Charolles, comporta marcas que podem guiar o sujeito na hierarquização das informações. Os enunciados contêm relações de dependência enunciativa, algumas das quais são marcadas por conectores como *mas*, *porque*, etc., que ligam segmentos que precedem esses conectores aos que os seguem. *Mas* indica uma operação de correção argumentativa, *porque*, uma justificação, *assim*, uma seqüência, indicando que o enunciado introduzido por esses conectores devem ser considerados como decorrendo daqueles que os precedem. Quando não há conector explícito, Charolles (idem) levanta a hipótese de que a compreensão leva a restituir um mentalmente.

Em decorrência, compreender um texto é tentar restituir a intenção do autor, justificando que, depois de ter produzido um enunciado com determinado valor de ato de fala e um conteúdo proposicional (asserção de p), ele venha a produzir tal outro (asserção de q). Então, a explicitação das relações entre enunciados passa pelos conectores. Dá-se um trabalho de restituição relacional e intencional que pressupõe conhecimentos sobre os conteúdos evocados.

O trabalho de compreensão vai além da explicitação. Ele supõe a parentetização (*parenthésage*) e a hierarquização. Pelo processo de parentetização, a interpretação leva a reunir conjuntos de enunciados que tenham a mesma função enunciativa. Esse é um fato de *syntaxe do discurso* que faz com que um mesmo conector possa indexar não um único enunciado, mas uma série, como em:

De fato (r porque s mas t pela simples razão que u).

Combinando-se a parentetização com etiquetas como *conseqüência*, *confirmação*, *justificação*, por exemplo, derivadas de conectores como *logo*, *de fato*, *porque*, respectivamente, obtém-se uma *estrutura periódica* do texto-fonte, cuja representação tem por função mostrar a solidariedade sintática ou macro-sintática dos enunciados. Assim, a *parentetização* se torna um primeiro indicador para a condensação, assinalando que conjuntos devem ser tratados em bloco.

Não só conectores apontam para enunciados que formam um todo. Também *marcas de segmentação* como recortes em parágrafos, introdutores de *portée* como *antes da guerra*, *na França*, etc., ou ver-

bos introdutores de mundo como *sonhar*, etc. são úteis porque indicam que seqüências formam um conjunto, logo são passíveis de serem mantidas ou eliminadas como um todo no resumo.

As etiquetas que descrevem as relações expressas pelos conectores têm um grande papel. Elas apontam para as intenções do locutor. Essas intenções podem ser hierarquizadas, reconhecendo-se que algumas são componentes de outras. Se numa seqüência de dois enunciados, o segundo justifica a asserção anterior, considera-se que a intenção de justificar é subordinada à de afirmar. Admitindo-se esse fato, aceita-se que as operações relativas à consequência, à correção, à oposição são diretrizes, e as de justificação, de ilustração, de confirmação são subordinadas. Essa hierarquia de intenções é fundamental na produção de resumos porque permite decidir que informações mais do que outras devem ser eliminadas.

Os princípios de contração são recursivos; assim, uma versão moderadamente condensada pode ser objeto de nova aplicação até se chegar a uma espécie de título que seria o estágio último do resumo. Conclui-se então que há diferentes níveis de condensação de um mesmo texto. Vê-se desse modo no que o trabalho de resumo é intimamente ligado à compreensão e até mesmo a uma compreensão construída, refletida, metalingüística que passa pela sintaxe do discurso.

No que concerne à reformulação, no resumo, ela tem caráter parafrástico, mas essa paráfrase se duplica pela restrição de compactificação, ou seja, dizer a mesma coisa, mas com menos palavras. Essa necessidade de encurtar exige do sujeito um retorno metalingüístico à parafrase reformulativa. Entre os mecanismos de compactificação parafrástica estão a nominalização e a adjetivação, assim como a pressuposição e a implicação.

Outras marcas lingüísticas, além dos conectores podem ser analisadas na produção do resumo, tais como a oposição tema/rema, isto é, a expressão nominal que figura no início da frase, e constitui uma marca de tematização e de anaforização. Não é por acaso que a informação essencial é aquela que ocupa uma posição temática e é anaforizada.

O próprio autor reconhece que sua proposta tem caráter hiper-racionalista, o que a torna simplista e pouco plausível psicologicamente. É também redutora na medida em que fica postulado que os sujeitos aplicam inicialmente princípios de contração e depois de reformulação. Mas, mesmo sendo insuficiente relativamente às capacidades dos sujeitos, ela tem a vantagem de comportar um sistema de controle das operações de contração e de reformulação.

#### 4 O resumo neste trabalho

A proposta de Michel Charolles (*idem*) para a elaboração de resumos, acima apresentada, apóia-se em bases lingüísticas como instruções interpretativas relativamente estáveis, já que convencionais. Este trabalho inscreve-se na ótica proposta por Charolles, O objetivo é o de avaliar que papel desempenham, na produção de resumos, não os conectores, mas outra marca lingüística: os tópicos e os comentários, que organizam a informação no texto. Não se quer apresentar uma proposta técnica, nem verificar que processos ocorrem no resumo, já que não se trata de um estudo psicolingüístico. Também não se pretende desenvolver um trabalho de natureza argumentativa. Quer-se apenas averiguar, analisando o produto, resultado da atividade de condensação de informações, se os informantes identificam tópicos no texto-fonte, se conseguem hierarquizá-los e se percebem que funções eles desempenham. Aposta-se, com isso, que essas atividades são indispensáveis para a elaboração de resumos.

Está implícita nesses objetivos a afirmação de que os tópicos não só constituem cadeias como assumem valores diferentes entre si, integrando-se, em textos de opinião, nas funções de premissa, de tese, de argumento ou de conclusão. Considera-se, assim, que há tópicos mais importantes do que outros para o sentido global do texto e que, relativamente ao tipo de texto, eles desempenham funções diferentes.

Para esclarecer o que se propõe, toma-se apenas um texto de opinião. Adota-se a proposta teórica de Talmy Givón para a análise do tópico, e explicita-se o que é texto argumentativo e o que se entende por leitura, já que a atividade de resumir pressupõe inicialmente a de compreender o texto-fonte.

##### 4.1 O que é tópico?

Há várias teorias sobre esse tema. Adota-se, entretanto, a proposta funcionalista de Talmy Givón. Esse autor estuda detidamente o funcionamento do tópico em textos narrativos e conversacionais. Não é seu tema de estudo o comentário. Usa-se o termo *comentário* para designar o que se diz a respeito do tópico.

Tópico, para o autor, é uma noção discursivo-funcional de base cognitiva. No discurso, a coerência está relacionada à estrutura temática que marca os participantes/argumentos. São entidades nominais que assumem as funções de sujeito e de objeto da oração. Esses elementos caracterizam-se pela sua recorrência e constituem

o sistema de manutenção da informação, formando cadeias equitópicas. Tópico é aquilo de que se fala. Segundo Givón (1984), só há tópico se ele persistir em um número sucessivo de sentenças.

O autor (1990, 1992) entende a topicalização como processamento mental. Do ponto de vista cognitivo, diz ele (1993), os referentes nominais tópicos identificam ou ativam etiquetas de arquivos para unidades de armazenamento na memória do texto, ou seja, na memória episódica. Cada unidade de armazenamento é uma cadeia de orações ou parágrafos, através da qual o mesmo referente tópico persiste. Esse tópico persistente é importante na cadeia. Então, na memória do texto um certo número de orações constitui uma cadeia, um certo número de cadeias faz um parágrafo, um certo número de parágrafos, um episódio, etc.

Todo discurso é híbrido, isto é, contém parte de informação velha e parte de nova. A informação velha é aquela que o falante/escritor considera acessível ao ouvinte/leitor. É nova a informação tida como inacessível ao receptor. Torna-se necessário um equilíbrio entre informações velhas e novas, refletindo os objetivos da comunicação.

A continuidade tópica é fator importante para a coerência do texto. Além disso, cadeias topicais mais contínuas são mais acessíveis, mais previsíveis e mais fáceis de recuperar mentalmente. Ao contrário, a descontinuidade cria dificuldade de compreensão.

O tópico assim entendido é analisado, neste estudo, no texto argumentativo. Dentre os diferentes gêneros que se incluem nesse tipo de texto, escolhe-se o de opinião. Importa então definir texto argumentativo e, incluído nesse tipo, texto de opinião.

#### 4.2 O que é argumentar?

Charaudeau (1992) define o ato de argumentar como uma atividade discursiva em que, do ponto de vista do argumentador, há dupla busca. A de racionalidade tende para um ideal de verdade, envolvendo operações de pensamento que explicam o universo, na dependência de representações sócio-culturais. Essas representações são relacionadas à doxa: opinião corrente, modelos geralmente admitidos (Angenot, 1982), próxima dos lugares comuns de Aristóteles. A segunda busca é a de influência, que consiste em fazer de modo que o interlocutor compartilhe um certo universo de discurso. Não é só um processo racional e lógico, mas também de sedução.

Também Charolles (1979) considera o discurso argumentativo como um discurso orientado para o receptor do qual ele visa modificar as disposições interiores. Toda conduta argumentativa toma lugar numa

situação, engaja participantes, diz respeito a um objeto ou campo problemático, visa a um fim que é a adesão a uma tese e exige do argumentador meios, que são os argumentos.

Partindo de uma proposta pragmática, Charolles (1980) enuncia duas condições para o ato de argumentar: a de legitimidade e a de adequação. A idéia de que argumentar é procurar criar no outro uma espécie de obrigação de pensar alguma coisa é reformulada do seguinte modo: aquele que argumenta (a) quer que o sujeito argumentado (b) acredite em alguma coisa (c). De acordo com as condições de adequação, não se argumenta para alguém que compartilhe as mesmas convicções, nem para alguém tão limitado que seja impossível modificar seus pontos de vista. Há duas condições de legitimidade. A primeira diz que o argumentador acredita ser-lhe permitido argumentar para alguém. De acordo com a segunda, o sujeito argumentado permite que o argumentador lhe argumente.

Toda relação argumentativa no discurso, explica Charaudeau (1992), se compõe de três elementos: uma asserção inicial (premissa), uma asserção final (conclusão) e asserções de passagem (inferência, prova, argumento). A premissa é uma palavra sobre o mundo. É dado inicial, primeiro, colocado antes, que admite outra asserção, em relação à qual ela se justifica. A conclusão apresenta aquilo que deve ser aceito, decorrente da premissa e do elo que a liga a esta. É sempre uma relação de causalidade, considerando-se que a conclusão pode representar a causa (A1 porque A2) ou a consequência da premissa (A1 portanto A2).

Jean-Michel Adam (1987) estuda o discurso argumentativo do ponto de vista de sua complexidade tipológica. A seu ver, todo discurso é constitutivamente heterogêneo. É composto de seqüências tipológicas inseridas umas nas outras em que uma delas é dominante. Ao descrever a seqüencialidade argumentativa, apresenta-a como sendo constituída de tese anterior, premissas, argumentos, conclusão, nova tese. A partir desse modelo, o silogismo é considerado o grau zero da argumentação, já que não apresenta cadeias de argumentos, passando diretamente das premissas à conclusão.

O texto de opinião, entendido como um discurso argumentativo, deve ser contextualizado na imprensa escrita. Caracteriza-se por relação distanciada entre quem escreve e quem lê, pela ausência física entre escritor e leitor. Assim, não há coincidência entre tempo do acontecimento, tempo da escrita e tempo da leitura. Há uma instância de produção, que representa os papéis de comentador da informação, uma instância de recepção construída como *alvo intelectual* e um propósito que transforma o acontecimento bruto em *acontecimento do espaço público* (Charaudeau, 1997).

O texto de opinião, enquanto comentário argumentativo, impõe uma visão explicativa do mundo. Problematiza o acontecimento, levanta hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões, e exige do leitor uma tomada de posição.

#### 4.3 O que é ler?

Para a elaboração de um resumo, é imprescindível compreender o texto-fonte. Por isso, interessa a esta investigação definir o que é ler.

Diz-se que ler e compreender um texto implicam ser capaz de apreender os significados inscritos no seu interior e de relacionar tais significados com o conhecimento de mundo que circula no meio social em que o texto é produzido.

A compreensão leitora envolve processos cognitivos múltiplos e está intimamente relacionada com o conhecimento prévio do leitor, ou seja, o leitor é capaz de compreender o que lê em relação ao que já sabe. Há três fatores em que se ancora a habilidade de ler: o conhecimento prévio, que é o conhecimento que o leitor traz para o texto antes de lê-lo e que abrange o conhecimento de mundo; o conhecimento da língua, ou seja, a compreensão do contexto que faz com que o leitor perceba as ligações internas do texto; e a habilidade de raciocínio, intrínseca à leitura, que é um processo inconsciente, automático, através do qual o leitor faz seu trabalho de interpretação.

Mas não são só esses fatores que intervêm na leitura; há também a visão da leitura como prática social, remetendo a outros textos e a outras leituras. Ao se ler um texto, coloca-se em ação um sistema de valores, crenças e atitudes que refletem o grupo social. Orlandi (1988) analisa a linguagem nos seus aspectos sociais. Para a autora, o leitor tem suas especificidades e sua história e, desse modo, tanto ele quanto os sentidos são determinados histórica e ideologicamente. Desse ponto de vista, o processo intelectual está relacionado aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social.

Destaca-se o papel central que tem o conhecimento lingüístico no processamento do texto. Conforme Kleiman (1993), à medida que as palavras são percebidas, a mente do leitor está ativa, ocupada em construir significados para os itens lexicais e as estruturas sintáticas que compõem o texto. Além do conhecimento lingüístico, o conhecimento textual também tem influência na leitura, e quanto maior for a exposição do leitor a tipos distintos de textos, mais fácil será sua compreensão. O presente estudo se inscreve na

perspectiva da importância do conhecimento lingüístico e do conhecimento textual para a leitura. Incluído no conhecimento lingüístico necessário para a leitura, está o da organização da informação, marcada no texto sob a forma de tópicos e comentários e que é focalizada neste estudo.

#### 5 A metodologia e a análise

Quer-se averiguar, por meio da elaboração de resumos, vistos como o produto da atividade de ler e de condensar informações, se os informantes percebem os tópicos do texto-fonte, se os hierarquizam, eliminando informações secundárias e se estabelecem relações entre os tópicos que são mantidos no resumo. Postula-se que essas atividades são necessárias para a compreensão de textos, logo para a realização de resumos.

Para a verificação da proposta, foram coletados dados junto a alunos do 4º, 5º e 6º semestres de um Curso de Letras. Escolheu-se o texto de opinião intitulado *As boas lições da reeleição*, de Gaudêncio Torquato, publicado em 10 de janeiro de 1997, no *Jornal Zero Hora*, de Porto Alegre. A escolha do texto foi motivada pelo fato de corresponder ao que, de acordo com as teorias apresentadas na Fundamentação Teórica, se entende por texto argumentativo. Além disso, esse texto era recente e seu tema foi amplamente divulgado e comentado pelos meios de comunicação falados e escritos no momento em que foi feita a coleta dos dados, logo era de conhecimento dos informantes.

O texto foi dividido em parágrafos. Solicitou-se aos informantes que os resumissem, um parágrafo de cada vez. Quanto aos procedimentos metodológicos, procedeu-se do modo descrito a seguir.

No momento da coleta de dados, o informante devia:

- receber o texto e, durante vinte minutos, lê-lo por inteiro tantas vezes quantas quisesse;
- a seguir, reler atentamente um parágrafo;
- tomar uma folha de papel e resumir um parágrafo, sem consultá-lo;
- entregar a folha da resposta ao professor.

Enfatiza-se que o informante não era autorizado a consultar o texto durante a redação do resumo. O procedimento adotado para a coleta de dados difere, assim, do trabalho normalmente realizado com textos em sala de aula e se aproxima, de algum modo, da leitura na vida cotidiana, em que dificilmente um texto é relido quando o leitor é perguntado sobre sua leitura.

Quanto à análise, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

- descrição do texto quanto à organização dos tópicos, sua continuidade temática e grau de complexidade;
- descrição das atividades que os informantes realizaram para o resumo;
- descrição qualitativa e quantitativa do desempenho dos informantes;
- síntese dos resultados e verificação da hipótese.

A análise das respostas foi feita por meio de:

- elaboração e avaliação dos procedimentos de leitura de que se serviram os informantes;
- análise de todas as respostas, buscando aprofundar o estudo dos diferentes procedimentos utilizados.

### 5.1 A análise

Seguindo as etapas propostas na metodologia para a realização da análise, é importante descrever o texto *As boas lições da reeleição* (em anexo) quanto à organização dos tópicos: sua identificação e a constituição de cadeias tópicas.

Observa-se, nesse texto, que o tema é bem marcado em parágrafos. No primeiro parágrafo, o primeiro enunciado explora a visão da aprovação da emenda da reeleição como uma alavanca da reforma política. Esse mesmo tópico, posteriormente, realiza-se como substantivo (*a emenda*) e como anáfora zero. O termo *governantes*, introduzido como comentário, também aparece na posição topical em forma de anáfora zero. Para finalizar, o autor retoma *reeleição* e, em frase semanticamente marcada pela analogia, encerra o parágrafo, dando uma idéia conclusiva.

No segundo parágrafo, novamente aparece o termo *reeleição* em posição topical. O autor explora *as lições que a reeleição produzirá*, tendo no comentário *a reciclagem ao planejamento administrativo*. Esse comentário favorece explorações temáticas como *as administrações, o obreirismo, a infra-estrutura social*. Para concluir o parágrafo, o autor focaliza o termo *reeleição*, tendo como comentário o controle social. Aqui forma-se uma cadeia tópica em torno de *eleitor*. O término do parágrafo retoma a idéia de *reeleição*, enfocando o termo *governantes*.

No quarto e quinto parágrafos, o autor explora possíveis contra-argumentos em relação à reeleição. Mais particularmente, no quarto parágrafo, um apresentativo introduz o tópico *perpetuação*

*no poder*. A idéia aí contida é retomada posteriormente por expressão nominal longa: *o uso da máquina administrativa em proveito próprio ou em benefício de um determinado projeto político*. A exploração do sentido, expresso por *percebidos pela comunidade e denunciado*, dá origem a uma nova cadeia tópica. As expressões *a imprensa, a capilaridade, os olhos sociais de controle* salientam a idéia de divulgação. A conclusão é bem marcada e tem como tópico *administradores expostos ao crivo do eleitorado e à lupa da mídia*. No quinto parágrafo, com uma conotação negativa, aparecem topicalizados os elementos *aproveitadores e oportunistas*, retomados por *muitos, outros*. Ainda *nenhum governante, seu compromisso e seu mandato*. A última frase: *Transgredir a vontade popular merece castigo* desencadeia as considerações do parágrafo seguinte.

A expressão *nesse sentido* que inicia o sexto parágrafo faz a ligação temática com o parágrafo anterior e permite a referência semântica a *discutir mecanismos de advertência e castigos para aqueles que traem o mandato popular*. Ainda dentro desse universo discursivo aparecem as expressões *apurar irregularidades e punir governantes culpados*. De novo aparece *reeleição*, dentro de expressão focalizada e junto com *instrumentos de controle, do tipo cassação para governantes que cometam ilícitos*.

No que diz respeito às cadeias tópicas, encontram-se oito, nesse texto, todas curtas. *A aprovação da emenda da reeleição*, que introduz o discurso, perde parte de sua carga semântica ao se realizar a seguir como *a emenda*. Também *reeleição* é oriunda do primeiro elemento.

Na segunda cadeia, que interrompe a primeira, *governantes* aparece inicialmente não-topicalizado, não-definido. Aparece novamente não-topicalizado, indefinido, na frase anterior a sua realização como tópico. Na oração seguinte surge na posição topical, como anáfora zero. Ainda proveniente do primeiro elemento nominal, lê-se o termo *reeleição*, que se mantém por mais uma oração.

A primeira frase da terceira cadeia retoma *reeleição*, não em sua essência, mas inserindo um conceito adjacente *lições*, definido por estar no universo discursivo anterior. De comentário anterior vem o tópico *as administrações*. Decorrente do mesmo procedimento, aparece o termo *obreirismo*, realizado como anáfora zero. A cadeia propriamente dita começa com *infra-estrutura social*, realizada logo depois como *que*, pronome relativo, e depois como anáfora zero.

A cadeia 4 e o retorno da cadeia 2 fazem parte do terceiro parágrafo. O tópico *eleitor* se realiza definidamente como SN e como anáfora zero. Em seguida aparece *os governantes* já definido, introduzido anteriormente como tópico.

A expressão *perpetuação no poder* introduz a cadeia 5. Esse tópico é de certo modo retomado por *o uso da máquina administrativa em proveito próprio ou em benefício de um determinado projeto político*. Depois surgem tópicos que se inter-relacionam (*a imprensa, a capilaridade, os olhos sociais de controle*). O tópico antes mencionado *os governantes* reaparece aqui, por substituição lexical, sob a forma de *os administradores*.

A sexta cadeia, iniciada por *proveitadores e oportunistas*, é retomada por *muitos, outros* e anáfora zero. Essa cadeia é entrecortada pelos elementos parentéticos *a reforma política e a degradação salarial das massas funcionais*. O comentário da última menção do tópico *outros* introduz o termo *parentes*. A seguir é novamente a cadeia tópica dos *governantes* que reaparece, sob a forma negativa *nenhum governante* e depois como anáfora zero, *seu compromisso, seu mandato*.

No último parágrafo, é todo o último enunciado do parágrafo anterior que é retomado através da anáfora conceitual *nesse sentido*. Há ainda a introdução parentética de elementos como *a figura do "recall" legislativo, apurar irregularidades, punir governantes culpados*. Há também retomadas em *um determinado número de eleitores e nós*, formando pequenas cadeias tópicas.

Observando-se agora a organização topical, nota-se que 74,55% dos elementos estão em cadeias, o que significa que boa parte dos tópicos do texto<sup>1</sup> são conectados. Mas é importante mencionar que as cadeias tópicas são curtas, embora quase não sejam interrompidas. No que concerne à inter-relação semântica entre os tópicos que formam cadeia, vê-se que nas cadeias 1, 2, 3 e 4 há maior identidade semântica entre os elementos. Já nas cadeias 5 e 6, a imprevisibilidade no estabelecimento de um novo tópico dificulta a apreensão da seqüência temática. Esse fato conduz a relações semânticas muitas vezes tênues.

Essas colocações indicam que este texto tem baixo índice de continuidade topical. Essa é uma característica do texto argumentativo, especialmente o escrito, levando a uma maior dificuldade de leitura.

Considera-se que os informantes deveriam perceber, pela leitura, essa organização do tópico e, com o auxílio desses dados, hierarquizar e relacionar as informações para a realização de seus resumos. Parte-se do princípio de que tópicos que se mantêm em cadeias são hierarquicamente relevantes e que uns têm função de tese defendida pelo autor e outros são argumentos que apóiam a tese. Para a formulação de resumos, afirma-se com Charolles (1992) que informações que funcionam como justificativas, caso de argumentos, são subordinadas em relação à tese, sendo, pois, menos importantes para o resumo.

O segundo parágrafo do texto, um dos que foi submetido a resumo, e único que, por falta de espaço, será analisado neste trabalho, é o seguinte:

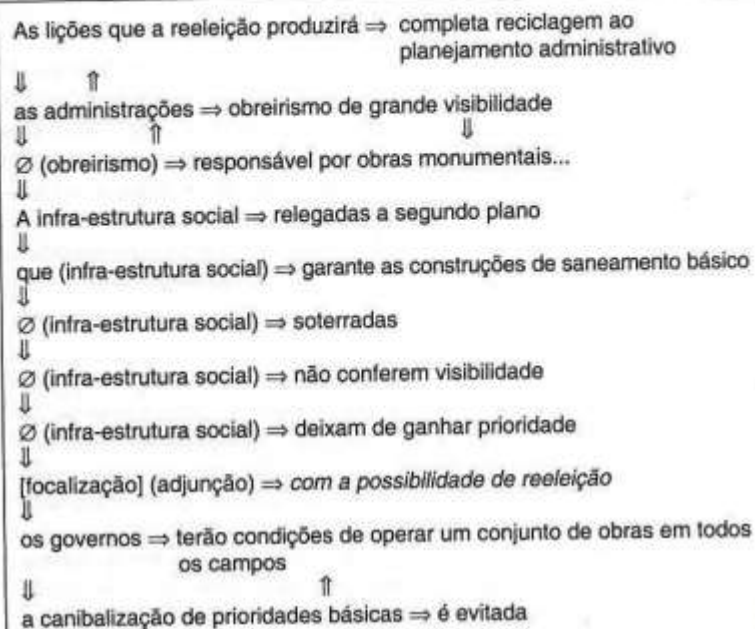
As lições que a reeleição produzirá começam com uma completa reciclagem do planejamento administrativo. Regra geral, as administrações se balizam pelo obreirismo de grande visibilidade, responsável por obras monumentais, praças, espelhos d'água, pontes e viadutos, estradas, calçamento e iluminação. A infra-estrutura social, que garante as construções de saneamento básico, são, freqüentemente, relegadas a segundo plano. Soterradas, não conferem visibilidade e, apenas por isso, deixam de ganhar prioridade. Com a possibilidade da reeleição, os governantes terão condições de operar um conjunto de obras em todos os campos, evitando-se a canibalização de prioridades básicas por necessidades secundárias.

O quadro a seguir mostra a relação entre tópicos e comentários nesse parágrafo.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> As flechas horizontais indicam a relação entre tópico e comentário. As flechas verticais apontando para baixo mostram a continuidade topical e as que apontam para cima indicam tópicos que têm origem em comentário imediatamente anterior.

<sup>1</sup> Usa-se, neste estudo, *texto e discurso* como sinônimos.





Visto num primeiro momento, o parágrafo em questão parece descontínuo. Embora apresente uma pequena cadeia constituída por elipses, os tópicos parecem não ter relação entre si. Olhando melhor, porém, nota-se que três tópicos remetem ao comentário de tópicos anteriores. Assim, eles deixam de ser isolados, constituindo, na verdade, uma trama encadeada. Há duas focalizações, ou seja, dois adjuntos adverbiais deslocados de suas posições para o início da frase. Essas focalizações desempenham um papel de articuladores entre as informações, dando continuidade e coerência ao discurso e, em princípio, facilitando a leitura. Há ainda no trecho uma oração relativa explicativa que explicita o sentido do nome *infra-estrutura social* a que se refere, introduzindo o comentário. Um elemento desse comentário é retomado e desenvolvido como tópico, constituindo uma cadeia no texto a seguir. É ainda interessante observar que a primeira frase do parágrafo é um resumo do trecho. O restante não é mais do que um desenvolvimento da afirmação inicial, o que se pode perceber pela seqüência temática, em que os tópicos retomam os elementos principais dessa afirmação.

## 5.2 Análise dos resultados

A avaliação dos resumos dos informantes foi feita em relação ao que se considerou como *resposta esperada*. Julgou-se que os informantes deveriam chegar à seguinte formulação como resumo do segundo parágrafo: *A reeleição trará a necessidade de uma completa reciclagem do planejamento administrativo.*

Analisando os enunciados-resumos fornecidos pelos informantes, encontram-se os seguintes procedimentos por eles utilizados:

1. menção das informações esperadas;
2. omissão de informações esperadas;
3. menção de informações alteradas;
4. menção de informações secundárias;
5. acréscimo de informações oriundas de conhecimento anterior do informante ou de informações que não constam no texto.

A análise dos enunciados-resposta do nível IV mostrou que em 31,9% há acréscimo de informações derivadas de conhecimento anterior do informante ou de informações que não estão no texto. Tópicos e comentários secundários do texto são referidos 16,7%. Alterações de informações, por outro lado, ocorrem pouco. São os procedimentos 1 e 2, referentes a informações que seriam desejáveis, o que realmente surpreende. Quase a metade dos procedimentos identificados nas respostas dos informantes omitem tópicos e informações esperadas. Apenas 1,4% dos enunciados analisados mencionam informações que constituiriam um resumo que se poderia considerar mais "adequado" do parágrafo.

O que se encontra no nível V, embora apresente números diferentes, conserva a mesma proporção. Os procedimentos 4 e 5 (citação de tópicos e comentários secundários e acréscimo de informações de conhecimento anterior do informante e não existentes no texto) somam quase a metade dos procedimentos encontrados. As alterações, também aqui, aparecem em pequeno número, mas as omissões de informações esperadas constituem 38% dos dados, enquanto as respostas esperadas aparecem em número um pouco maior do que no nível IV, mas ainda bastante reduzido: 6,9%.

A proporção é semelhante no nível VI. O percentual de informações derivadas de conhecimento anterior dos informantes e não relacionadas ao texto se aproxima do percentual dos outros níveis. Já a menção de informações secundárias baixa bastante,

enquanto as alterações são bem mais numerosas. A percepção das informações esperadas é bastante semelhante nos três níveis. No nível VI há 41,2% de omissões de tópicos e comentários relevantes e 5,9% de formulações de acordo com o esperado.

A soma dos resultados dos três níveis aponta alto percentual de omissões de informações importantes e baixo de apreensão de tópicos e comentários esperados. Em síntese, no resumo do segundo parágrafo do texto parece não ter havido percepção da relação entre as informações, nem da hierarquia que existe entre elas. A importância da primeira frase do parágrafo em relação às demais, de modo geral, não foi percebida. Parece não terem sido estabelecidos igualmente elos entre os diferentes tópicos relativamente às informações da primeira frase.

Interessa ver mais de perto como se deu o acréscimo de informações derivadas de conhecimento anterior dos informantes e de tópicos e comentários inexistentes no trecho, isto é, o que se denominou de procedimento nº 5. Quanto ao acréscimo de informações sem relação com o texto, encontram-se: acréscimo de uma informação a partir do texto; menção de informação de outro parágrafo do texto; extensão de uma informação do texto por acréscimo de outra; acréscimo de informação por interpretação pessoal de tópicos e comentários do trecho; associação entre tópicos e comentários do trecho resultando em informação nova.

Também acréscimos de informações de conhecimento anterior dos informantes são freqüentes: apresentação de informações de consenso, introdução de informações divulgadas pela mídia. Há ainda procedimentos de leitura que alteram a apreensão de informações do texto: pela fusão de duas informações, pelo acréscimo de uma informação àquela que está no texto, por generalização, por interpretação pessoal de uma informação do texto.

Com relação à resposta que era esperada, a omissão de informações importantes é muito freqüente. No lugar das omissões encontram-se: informações secundárias, informações alteradas, outras decorrentes de conhecimento anterior do informante e ainda acréscimo de informações que não estão no texto. As respostas esperadas aparecem seguidas por informações secundárias, e outras que não constam do texto.

Mais dois parágrafos do mesmo texto foram resumidos pelos mesmos informantes. As análises mostraram resultados muito semelhantes àqueles do resumo do segundo parágrafo, explicitados anteriormente.

## 6 Considerações finais

As análises dos resumos dos informantes de 3º grau estiveram sempre fundamentadas no pressuposto de que, para a contração de um texto é necessário identificar tópicos, hierarquizá-los em razão de sua permanência em cadeias e entender as funções que eles desempenham, no caso do texto argumentativo, de tese e argumentos, essencialmente, entendendo-se que as informações-argumentos são menos importantes para a elaboração de resumos.

Observou-se que os informantes identificam as informações topicais, mas apresentam dificuldade em hierarquizá-las, ou seja em separar as mais importantes daquelas que são menos relevantes. É-lhes igualmente difícil estabelecer relações entre elas e definir o papel que elas desempenham no texto.

Verificou-se, além disso, que não apenas os tópicos são fundamentais para o trabalho de resumo, mas também os comentários. Embora seja possível separar tópico e comentário para a realização de estudos teóricos, como o fazem Givón e outros lingüistas, quando se trata de avaliar a linguagem em uso, em atividades como a de leitura para uma posterior reformulação do texto, sob forma de resumo, essa separação se torna impossível. Então não basta que os alunos identifiquem tópicos. É também necessário que percebam o que se diz sobre esses tópicos, os comentários, e bem freqüentemente que estabeleçam elos entre comentários e tópicos seguintes para, a partir daí, relacionar essas informações e avaliar sua importância para a elaboração de resumos. Parece então que o que se pode depreender das análises feitas a partir da solicitação de resumos a informantes do 3º grau é que, para o desenvolvimento dessa atividade, é necessário compreender o texto-fonte, identificando tópicos e comentários, relacionando-os, definindo sua importância, e avaliando suas funções.

Não se pode deixar de mencionar limitações que se percebe neste estudo. Uma delas reside no fato de que, nas análises feitas, a avaliação foi baseada em uma resposta que era a que foi considerada como a esperada. Evidentemente, outras leituras do texto poderiam ser feitas, igualmente válidas. Essas possíveis outras leituras, entretanto, acredita-se, não poderiam ser tão extremamente diferentes, partindo-se do princípio de que qualquer leitura não é aceitável. Na avaliação, foram admitidas formas próximas daquela considerada desejável.

Outra limitação advém da dificuldade muitas vezes encontrada de distinguir com clareza entre procedimento de leitura e formulação dos enunciados de resumo. Muitas vezes não se teve condições de perceber se um resumo era insatisfatório devido a uma dificuldade de leitura ou a uma dificuldade de redação.

Evidentemente, muitos outros textos de natureza diferente deveriam ser submetidos a resumos pelos mesmos informantes ou informantes de mesmo grau de escolaridade, na tentativa de testar os resultados obtidos.

Além disso, muitas outras marcas lingüísticas, que, na hipótese de Charolles (1991) podem servir de pistas para a realização de resumos, deveriam vir a se constituir em temas de pesquisas. Provavelmente os professores, para seu trabalho de sala de aula, pudessem encontrar subsídios nesse tipo de pesquisas que os auxiliassem em sua tarefa de ensinar a resumir.

### Referências bibliográficas

- ADAM, Jean-Michel. Types de séquences textuelles élémentaires. *Pratiques*, 56, déc. 1987.
- ANGENOT, Marc. *La parole pamphlétaire*. Paris: Payot, 1982.
- BARBISAN, L. B. et al. *O tópico e a compreensão de textos argumentativos orais e escritos*. Porto Alegre: PUCRS, 1996. Relatório para o CNPq (mimeo)
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette-Éducation, 1992.
- . *Le discours d'information médiatique*. Paris: Nathan, 1997.
- CHAROLLES, Michel. Notes sur le discours argumentatif. In PORTINE, Henri (org.). *Argumentation et communication. Actes des Journées d'Études*. Paris: BELC, 1979.
- . Les formes directes et indirectes de l'argumentation. *Pratiques*, 28, oct. 1980.
- . Le résumé de texte scolaire; fonctions et principes d'élaboration. *Pratiques*, 72, déc. 1991.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984, v. 1.
- . *Syntax: a functional typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1990, v. 2.
- . The grammar of reference cohesion as mental procesing instructions. *Linguistics*, 30, 1992.

———. *English grammar: a function-based introduction*. Philadelphia: Amsterdam. John Benjamins, 1993.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. *Resumo de textos; em busca dos blocos semânticos e das unidades semânticas básicas*. Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2001.

KLEIMAN, Ângela. *Oficina de leitura; teoria e prática*. Campinas: Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

TORQUATO, Gaudêncio. As boas lições da reeleição. Porto Alegre: *Zero Hora*, 10 jan. 1997.

VIGNER, Gérard. Réduction de l'information et généralisation: aspects cognitifs et linguistiques de l'activité de résumé. *Pratiques*, Metz, n. 72, p. 33-54, déc. 1991.

## ANEXO

### AS BOAS LIÇÕES DA REELEIÇÃO

Gaudêncio Torquato<sup>3</sup>

A aprovação da emenda da reeleição se constituirá na primeira grande alavanca da reforma política. Mais que um dispositivo constitucional permitindo que governantes tenham direito a uma nova eleição, na sequência de seus mandatos, a emenda carrega expressivo teor mudancista, na medida em que induzirá governantes a adotarem novos padrões de comportamento e a se inspirarem em valores mais contemporâneos. A reeleição será um passaporte para os bons administradores e um cartão vermelho para os desaprovados.

As lições que a reeleição produzirá começam com a necessidade de uma completa reciclagem ao planejamento administrativo. Regra geral, as administrações se balizam pelo obreirismo de grande visibilidade, responsável por obras monumentais, praças e espelhos d'água, pontes e viadutos, estradas, calçamentos e iluminação. A infra-estrutura social, que garante as construções de saneamento básico, são, freqüentemente, relegadas a segundo plano. Soterradas, não conferem visibilidade e, apenas por isso, deixam de ganhar prioridade. Com a possibilidade da reeleição, os governantes terão condições de operar um conjunto de obras em todos os campos, evitando-se a canibalização de prioridade básicas por necessidades secundárias.

Outro benefício da reeleição se relaciona ao controle social. O eleitor se torna, a cada dia, mais exigente. Acompanha a administração de maneira fiscalizatória. Sabe distinguir o importante do perfunctório, a demagogia do esforço racional. Dispondo de um instrumento que lhe permita premiar bons administradores, certamente dele fará uso com muito gosto. E os governantes, conscientes de que poderão receber um castigo exemplar, procurarão desempenhar seus mandatos com maior cuidado, evitando os lugares-comuns da administração pública.

Não há razão para se temer a perpetuação no poder. O uso da máquina administrativa em proveito próprio ou em benefício de um determinado projeto público não só é percebido pela comunidade como é freqüentemente denunciado. A imprensa está chegando até a pequenos municípios. A capilaridade – que é a capacidade de fazer correr a mensagem até os últimos bolsões da sociedade – está aumentando, em função da tendência crescente de expansão dos meios de comunicação. Os olhos sociais de controle se multiplicam, criando uma malha de fiscalização global. Conclusão: os administradores, mais expostos ao crivo do eleitorado e à lupa da mídia, procurarão ser mais transparentes e responsáveis.

Haverá, é claro, aproveitadores e oportunistas. A reforma política não se faz da noite para o dia. Muitos procurarão se firmar por meio da política populista do empreguismo; terão vida curta, porque a degradação salarial das massas funcionais acabará se tornando um vírus contra as administrações. Outros empregarão parentes, abrindo janelas monumentais para o familismo atético. Que um ou outro parente seja nomeado, em função de reconhecida competência, vá lá. Mas nomear um rosário de parentes, ah, isso é imoral. Nenhum governante, por mais legitimado que tenha sido pelo voto, tem o direito de usar um bem público em proveito próprio. Seu compromisso é com a coletividade e seu mandato só pertence ao povo que o elegeu. Transgredir a vontade popular merece castigo.

Nesse sentido, é oportuno se discutir mecanismos de advertência e castigos para aqueles que traem o mandato popular. Nos Estados Unidos, há a figura do *recall* legislativo, pelo qual um determinado número de eleitores, sentindo que o governante transgrediu compromissos de campanha, encaminha às mesas diretoras dos Legislativos solicitações para se apurar irregularidades e punir governantes culpados. Com a reeleição e instrumentos de controle, do tipo cassação para governantes que cometam ilícitos, estaremos aprimorando o nosso sistema democrático e contribuindo para a qualificação da administração pública.

<sup>3</sup> Jornalista, professor titular da USP e analista político. (*Zero Hora*, 10 jan. 1997, p. 23).